

# Conselho rebate declarações do ministro

Da Reportagem Local

O secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) — ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)—, Antônio Brand, 38, disse ontem, às 15h, em Brasília, que o Conselho “distingue nacionalidade e cidadania, uma vez que todos somos cidadãos brasileiros, mas não pretendemos a uma única nacionalidade”. Ele afirmou que “outros países democráticos, como a Espanha e a Itália, reconhecem a plurinacionalidade e a pluriétnica”, e destacou que “isto é um fato histórico e reconhecê-lo não implica qualquer restrição à soberania nacional”. Brand fez esta declaração ao comentar as críticas feitas pelo ministro da Justiça, Paulo Brossard, à proposta de definição do Brasil como uma nação plurinacional.

Brossard afirmara, anteontem, em Brasília, ao receber em audiência o presidente da CNBB, d. Luciano Mendes, que a definição do Brasil como uma nação plurinacional “é

## O que é “plurinacionalidade”

Os conceitos de nação e etnia, aplicados à realidade indígena, colocam em confronto o ministro Paulo Brossard, a Igreja e entidades indigenistas. Segundo a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, da USP, o termo nação foi usado até fins do século 18 para designar grupos indígenas. A partir do final do século 19, por influência do Evolucionismo, o

termo tribo passou a ser mais utilizado. Nos anos 60, impôs-se o termo etnia. Para Manuela, a terminologia utilizada pelo Cimi (“plurinacionalidade”) “é arcaica, mas tem a mesma acepção de pluriétnica, designando a existência de grupos culturalmente diferenciados no país, como é o caso dos indígenas e que têm de ser respeitados como tais”.

uma coisa absolutamente estranha ao direito constitucional brasileiro”. Brand disse ainda que o Cimi considera o Brasil “um país pluriétnico, onde convivem, junto com a nação majoritária, as pequenas nações indígenas, sob a soberania do mesmo Estado, já que, acima de tudo, todos são cidadãos brasileiros”.

A antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, presidenta da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e professora do Departamento de Ciências Sociais da USP, disse ontem, às 16h, em São Paulo, que “afirmar a pluriétnica do Brasil não é algo que atente contra a soberania nacional”. Para ela, “o termo nação não pode ser abusivamente associado à idéia de Estado, numa relação unívoca, já que não faz sentido pensar que aproximadamente 220 mil índios, dispersos em 170 grupos, com línguas diferentes, possam constituir 170 Estados dentro do Brasil ou mesmo um único Estado”.

Para o secretário-executivo do Cimi, “os povos indígenas brasileiros sempre existiram sob pressão da integração compulsória à sociedade abrangente e isto foi sinônimo de destruição de muitas nações”. Segundo ele, “o fundamental para o Cimi é que a nova Constituição ponha fim ao processo de destruição das comunidades indígenas brasileiras”. Brand informou que dos seis milhões de índios que viviam no Brasil em 1500, restam hoje aproximadamente 250 mil, e que, segundo dados pesquisados pelo antropólogo Darcy Ribeiro, foram exterminadas 87 etnias indígenas brasileiras entre 1900 e 1957.

Quanto ao apoio de católicos austríacos aos direitos dos índios na nova Constituição, Brand afirmou que “eles não apresentaram qualquer emenda, o que seria impossível por não serem eleitores brasileiros, e fizeram apenas essa manifestação em favor dos índios sem qualquer interferência nos mecanismos constitucionais”.